

AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS *

BREVE REFLEXÃO SOBRE A EVOLUÇÃO ECONÓMICA
DOS PAÍSES AFRICANOS
DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA:
DA DOMINAÇÃO COLONIAL
AS GRANDES QUESTÕES ACTUAIS

A presente comunicação mais não pretende ser do que uma breve reflexão sobre a evolução económica dos países africanos de expressão oficial portuguesa observada em *três momentos*: na fase de luta pelo poder, em que destacamos as directrizes económicas comuns que ressaltam dos programas dos movimentos de libertação; o acesso ao poder num processo de descolonização sem transição efectiva, sublinhando os principais problemas económicos dos novos Estados e sua inserção na economia mundial; finalmente, tentar-se-á olhar para o momento presente e identificar algumas das grandes questões que emergem da situação económica.

DIRECTRIZES ECONÓMICAS COMUNS DOS PROGRAMAS
DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Naturalmente que os programas dos movimentos de libertação apresentam diferenças significativas, reflectindo, nomeadamente, condicionalismos específicos e histórias particulares. Todavia, julgamos ser possível identificar, no plano económico, algumas directrizes comuns, ainda que tendenciais. Directrizes que situaremos em *três planos*: organização da economia, prioridades da estratégia económica e social e relações económicas internacionais.

* Docente do Instituto Superior de Economia.

Organização da Economia

- direcção centralizada e planificada, visando a transição para o socialismo;
- alargamento da influência do Estado na direcção e controlo da economia, quer no sector estatal, quer no sector privado;
- nacionalização dos recursos, sectores e empresas fundamentais, incluindo circuitos comerciais;
- aplicação de uma reforma agrária e controlo do comércio externo pelo Estado;
- desenvolvimento das empresas cooperativas, em particular no sector agrícola;
- apoio à iniciativa privada subordinada aos interesses nacionais;
- abolição de privilégios atribuídos às empresas estrangeiras, nomeadamente às portuguesas.

Prioridades da Estratégia Económica e Social

- abolição da exploração do homem pelo homem;
- desenvolvimento auto-centrado, tomando a agricultura como base e a indústria como factor decisivo (no Programa do MPLA falava-se na mecanização progressiva da agricultura, enquanto, por exemplo, no Programa da Frelimo se colocava como objectivo a edificação de uma indústria pesada);
- melhoria do nível de satisfação das necessidades fundamentais da população;
- fortalecimento das relações entre a cidade e o campo, visando a solidificação da aliança operário-camponesa;
- liquidação das formas de educação e de cultura colonialistas, combate ao analfabetismo, efectivação da escolaridade obrigatória e desenvolvimento do sistema educativo;
- melhoria do sistema sanitário e definição do carácter gratuito dos sistemas sociais básicos.

Relações Económicas Internacionais

- estabelecimento de uma economia nacional independente anti-imperialista e anti-capitalista, num quadro geral de não alinhamento;
- ruptura com a subordinação económica perante a metrópole;

- desenvolvimento de relações económicas de benefício e interesse mútuos;
- diversificação e valorização das exportações.

HERANÇA COLONIAL E DESCOLONIZAÇÃO SEM TRANSIÇÃO:
PROBLEMAS ECONÓMICOS DOS NOVOS ESTADOS
E INSERÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL

Como é do conhecimento geral, a forma como as antigas colónias portuguesas conquistaram a independência é relativamente ímpar na história do colonialismo, já que foi o resultado de um processo interdependente de luta pela libertação e de alterações profundas do regime político da antiga metrópole. Não admirará, portanto, que não se tenha observado um efectivo processo de descolonização e um verdadeiro período de transição, mas antes uma *ruptura quase generalizada*, nos planos económico, social e político, com a antiga metrópole.

Ruptura, acompanhada do êxodo de quadros e pessoal técnico, que irá ter maior impacto nas economias de maior dimensão e com maior grau de densidade de relações económicas. Paralelamente, observa-se um corte com a lógica de articulação internacional das correspondentes economias.

Esta ruptura regista-se num período de *dupla crise*: uma crise na economia mundial e uma crise na antiga metrópole. Neste contexto, naturalmente que, de uma forma geral (a excepção mais evidente será Cabo Verde, onde a estrutura económica privada não sentiu modificações apreciáveis), os novos poderes assistiram a uma desarticulação rápida das estruturas económicas internas.

Quer por razões programático-ideológicas, quer perante o vazio do poder económico, foi o Estado que «formalmente» procurou preencher este vazio. Dizemos «formalmente» porque os Movimentos não esperavam nem estavam em condições de, através dos seus escassos quadros, ocupar e agir, ao mesmo tempo, o Estado, e as suas débeis estruturas, e o sistema económico. Nestas condições acabou por observar-se uma redução acentuada do nível de actividade e mesmo situações de regressão económica, bem como rápidas deteriorações dos aparelhos administrativos.

Este quadro de partida acabará por ser agravado em Angola e Moçambique, em consequência dos efeitos derivados de

conflitos externos e internos. Por seu turno, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau virão a ser vítimas de devastadoras secas.

A desarticulação económica interna irá repercutir-se numa grave redução da oferta interna e das exportações, à excepção do petróleo em Angola e do cacau em São Tomé e Príncipe.

Ao mesmo tempo que se vai agravando o quadro de arranque das novas independências, igualmente piora o sentido e o rumo da antiga metrópole, assistindo-se a um progressivo «virar de costas» que, passados dez anos, tem prejudicado uns e outros, contrariamente a uma solidariedade e cooperação internacionais desejados pelos respectivos povos.

Os novos Estados começam, assim, a desenvolver outros relacionamentos determinados pelos seus próprios interesses e pelos condicionalismos geo-estratégicos. Depois da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, também Angola e Moçambique pretendem aderir ao grupo dos países ACP (Convenção de Lomé) associados à CEE, sendo Cabo Verde e a Guiné-Bissau membros da Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO). Também Moçambique revela intenção, seguindo os três países de menores dimensões (que igualmente integram o grupo dos países mais pobres — PMA's), de aderir ao FMI.

Após alguns problemas derivados do diferendo entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, assiste-se igualmente ao reforço da tentativa de cooperação entre os «cinco».

No contexto da África Austral, Angola e Moçambique aderiram à South African Development Coordination Conference (SADCC).

Os «cinco» aderiram também a várias instituições financeiras internacionais, designadamente as de âmbito africano, caso do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

GRANDES QUESTÕES DA SITUAÇÃO ECONÓMICA ACTUAL DOS PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA: DAS ORIENTAÇÕES PROGRAMÁTICAS A «PRAXIS»

Passemos ao terceiro momento desta breve reflexão: a situação actual como reflexo das múltiplas e complexas influências e da forma como o poder ter sido exercido.

Vejamos, a traços largos, o *quadro económico mais recente dos PAEOP's*:

SITUAÇÃO SOCIAL E RECURSOS HUMANOS:

	Moçambique	Angola	Guiné-Bissau	Cabo Verde	S. Tomé e Príncipe
População Residente (1980) (milhões)	12.1	7.3	0.810	0.300	0.113
Esperança de vida à nascença (1980)	47	41	42	60	—
Taxa de crescimento Demográfico (1970-1980)	2.1	2.4	1.4	0.9	1.7
Taxa Bruta de Natalidade (1980) (%)	41.0	47.6	40.0	40.0	45.0
Taxa de Cresc. Pop. Urbana (1970-1980)	6.8	5.7	5.0	4.0	—
População rural (% - 1980)	85	85	87	75	78
População com menos de 15 anos (% - 1980)	41	42	40	41	—
Força de trabalho (1980) (milhões)	5.6	1.8	0.450	0.091	0.022
Distribuição da força de trabalho (% - 1980):					
Primário	85	67	88	62	80
Secundário	7	17	3	4	5
Terciário	8	16	9	32	15
Distribuição do Emprego assalariado e permanente (% - 1980):					
Primário	28	33	7	47	71
Secundário	33	25	8	11	5
Terciário	39	45	85	42	24
Peso relativo do emprego no sector público (% - 1980):	—	85	80	32	—
Taxa de subutilização da força de trabalho (%-1980) (estimativa)	50	55	55	45	—
Taxa global de analfabetismo	72	73	85	65	—
População escolar (milhares):					
1973/74	695	600	42	40	14
1980/81	1424	1890	110	65	25
Taxa mortalidade infantil (% - 1980)	—	100	200	85	70
Habitantes/Médico (1980)	30.000	12.000	8000	4300	—

Aspectos a destacar:

— Os «cinco» têm uma população estimada em cerca de 21 milhões de habitantes, dos quais 59% estão em Moçambique, sendo a esperança de vida à nascença, à excepção de Cabo Verde, relativamente baixa. A taxa de mortalidade infantil é muito elevada, reflectindo não só a perda da generalidade de médicos e enfermeiros, mas igualmente a deterioração das condições sanitárias e do nível nutricional.

— As taxas de crescimento demográfico são particularmente fortes em Angola, Moçambique e em Cabo Verde (aqui o saldo migratório é o responsável por uma taxa reduzida de crescimento demográfico efectivo), observando-se taxas brutas de natalidade acima dos 40%. A população urbana está igualmente a evoluir de forma muito rápida, estimando-se que as cidades de Luanda e Maputo tenham duplicado a sua população desde as respectivas independências.

— A população é bastante jovem e mais de 3/4 da população total é rural.

— A força de trabalho dos «cinco» eleva-se a 8 milhões de trabalhadores, dos quais 70% estão em Moçambique. A força de trabalho está fundamentalmente concentrada na agricultura (de 62% em Cabo Verde e 67% em Angola a 85% em Moçambique e 88% na Guiné-Bissau).

— A distribuição do emprego assalariado revela situações díspares, evidenciando diferentes estruturas económicas e níveis de desenvolvimento. Enquanto Angola e Moçambique apresentam uma presença significativa de emprego industrial, embora o terciário seja relativamente exagerado, a Guiné-Bissau concentra fortemente o emprego assalariado no sector terciário (comércio e administração pública), e São Tomé e Príncipe não tem praticamente emprego industrial, já que o emprego assalariado na agricultura é largamente dominante, exprimindo uma «economia de plantação».

— É, sem dúvida, na educação que há a registar, no plano social, progressos mais significativos. Apesar de o nível de analfabetismo permanecer elevado (mais alto na Guiné-Bissau, mais baixo em Cabo Verde), a população escolar mais do que duplicou em sete anos, tendo triplicado em Moçambique.

No plano estritamente económico, a informação é escassa. Todavia, haverá a sublinhar:

— O PIB por habitante é bastante baixo, sendo os valores de Angola e São Tomé e Príncipe influenciados, respectivamente, pelas exportações, de petróleo e cacau.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

	Moçambique	Angola	Guiné-Bissau	Cabo Verde e Príncipe	S. Tomé
PIB (1980 - milhões de dólares)	2180	3769	154	104	60
PIB/habitante (1980)	180	516	220	350	530
Taxa crescimento PIB/habitante (1975-80)	-2.1	-1.9	-1.5	2.0	1.7
Percentagem agricultura no PIB (1980)	45	50	49	17	55
Taxa de crescimento da produção alimentar (1975-80)	-2.5	-2.2	-3.7	—	—
Taxa de crescimento das exportações (1975-80)	-4.0	6.0	16.0	22.0	15.9
Taxa de cobertura das importações	36	97	25	7	54

— À excepção de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, há a registar uma regressão do PIB por habitante no período 1975/80, acompanhada igualmente de uma quebra na produção de alimentos por habitante, em economias onde a produção agrícola contabilizada (à excepção de Cabo Verde onde a potencialidade agrícola é reduzida) representa cerca de metade do PIB.

— O ritmo de crescimento das exportações entre 1975 e 1980 reflecte, basicamente, a expansão de um ou dois produtos: petróleo e diamantes em Angola, com redução nos restantes produtos; cacau em São Tomé e Príncipe (mais em valor do que em quantidade), igualmente com redução nas outras exportações tradicionais; mancarra, madeiras e peixe na Guiné-Bissau; bananas, lagosta e peixe em Cabo Verde; em Moçambique observou-se uma queda generalizada das exportações.

— A taxa de cobertura das importações é, à excepção de Angola (petróleo e diamantes) e em menor escala de São Tomé e Príncipe, muito fraca, sendo particularmente reduzida em Cabo Verde, a reflectir a reduzida produção alimentar.

A situação monetária e financeira não poderá deixar de ser um reflexo da evolução económica. Ela é também a expressão da política adoptada no domínio do investimento e da gestão da ajuda e das finanças públicas. Por exemplo, Cabo Verde, apesar do grande desequilíbrio da sua balança comercial, apresenta uma balança de pagamentos positiva, devido, quer à entrada de remessas de emigrantes, quer a uma gestão adequada do volume significativo de ajuda que tem recebido, bem como a uma situação equilibrada do orçamento corrente do Estado.

SITUAÇÃO MONETARIA E FINANCEIRA:

	Moçambique	Angola	Guiné-Bissau	Cabo Verde e Príncipe	S. Tomé
Receita pública corrente/ Despesa pública corrente (% - 1980)	110	67	46	103	40
Saldo da Balança de Transacções Correntes (1980 — milhões de dólares)	-335	-410	-35	-39	-12
Saldo da Balança de Pa- gamentos (1980 - milhões de dólares)	- 85	- 17	-15	+ 4	- 6
Ajuda Média Anual — 1980/82 (milhões de dólares)	65	—	17	40	4
Dívida Externa — 1982 (milhões de dólares)	1350	614	182	130	40

A sua dívida é, na maioria, de longo prazo e em boas condições de pagamento. Já Moçambique, embora com um orçamento corrente equilibrado, apresenta uma situação monetária e financeira muito deteriorada, quer porque a sua balança de transacções correntes revela um grande desequilíbrio, quer porque o nível de ajuda é relativamente fraco, face à dimensão do país, quer porque baixou a entrada de remessas de emigrantes e tem sido pesado o esforço de guerra. Consequentemente, apresenta um nível bastante elevado de dívida, na maior parte de curto/médio prazos, que exige a sua próxima renegociação (Clube de Paris). Angola, por seu lado, apesar das receitas da exportação, tem uma balança de transacções correntes com um apreciável desequilíbrio e um endividamento a expandir-se, embora se encontre a um nível não preocupante, quando comparado com a dimensão e os recursos do país.

Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe têm um orçamento corrente do Estado muito desequilibrado, com balanças igualmente negativas, tendo níveis de endividamento muito acentuados e com predomínio do crédito comercial de curto prazo. O primeiro tem em curso um programa de estabilização e um plano de desenvolvimento apresentados a recente reunião de doadores, em que a dívida foi parcialmente convertida. O segundo prepara idênticos documentos com vista a próxima reunião de doadores.

A difícil situação em que se encontra a generalidade dos países africanos de expressão oficial portuguesa pode ser en-

contrada, sem termos a ambição de sermos exaustivos, nas seguintes *razões essenciais*:

— *Difíceis condições de partida*, com estruturas económicas muito débeis (à excepção de Angola), escassez quase absoluta de técnicos médios e superiores, aparelho do Estado desarticulado, a expressar a ausência de transição.

— *Agravamento progressivo da situação político-militar em Angola e Moçambique*, obrigando a um apreciável desvio de recursos para o esforço de guerra, a que haverá que adicionar vários anos de seca que atingiram a totalidade dos «cinco». Moçambique estima que os efeitos das várias agressões militares, de que tem sido vítima, e da seca tenham originado um prejuízo superior a 6 mil milhões de dólares.

— *Grave crise internacional* que tem afectado fortemente os países em desenvolvimento, reduzindo o nível de ajuda e aumentando drasticamente o nível de endividamento. Crise que tem originado grandes dificuldades no estabelecimento de novas relações de benefício mútuo, sendo um caso paradigmático a permanente instabilidade das relações com Portugal, a projectar a ausência e/ou ineficácia de uma política de cooperação do nosso país.

— *Medidas de política económica e social desajustadas à realidade (e aos programas)*. Desajustamento que vem sendo assumido pela generalidade dos países e está a conduzir a alterações na estratégia de política económica e social.

A título puramente exemplificativo apontamos a política de investimentos, em que se tem observado a secundarização da agricultura, o sobreinvestimento em sectores não directamente produtivos, o lançamento de projectos industriais de elevado custo, sobredimensionados e sem componentes efectivas de formação e gestão. Estas falhas na política de investimentos são igualmente o reflexo da ausência de estruturas actuantes de coordenação da política económica, apesar de, na generalidade, se terem criado estruturas de planeamento que, de uma forma geral, têm permanecido relativamente afastadas da realidade económica. Recorde-se a escassez de quadros técnicos e as múltiplas tarefas a que o Estado tem sido conduzido.

Refira-se ainda, por exemplo, alguns erros nas prioridades da política de educação e formação, ao privilegiar a formação superior em detrimento de técnicos médios fundamentais para a manutenção e reparação de equipamentos.

Do que fica dito, poderemos afirmar que *a evolução económica e social para os próximos anos* dos países africanos de expressão oficial portuguesa passará, nomeadamente, pelo escl-

recimento das seguintes questões: estabilidade político-militar em Angola e Moçambique; reposição e recuperação dos circuitos económicos essenciais e de funcionamento do Estado e das empresas estratégicas; revisão das formas de intervenção e coordenação do Estado como agente regulador, em particular no domínio do planeamento, coordenação e gestão de investimentos; clarificação das prioridades da agricultura e da sua função como vector básico da coesão nacional, quer nas políticas de investimento e de preços, quer nas formas de apoio técnico e social ao mundo rural; saneamento monetário-financeiro, em particular através da renegociação da dívida externa e de mais adequada gestão das finanças públicas; tipo de articulação com o sistema económico mundial, quer nas relações Sul-Norte, quer Sul-Sul.